

EDITORIAL

Após a sua retomada, em 2011, a Revista do TCE-PE continua a célere trajetória em busca da excelência técnica e científica.

Cumprindo os requisitos do projeto editorial com que foi relançada, esta nova edição traz artigos que tratam de temas atuais e de grande importância para o desenvolvimento do controle externo, muitos deles situados na fronteira do conhecimento e alvo de acalorados debates doutrinários.

Além disso, traz a lume deliberações emblemáticas referentes a respostas a consultas formuladas à instituição, o que constitui relevante contribuição à divulgação da jurisprudência formada no âmbito do TCE-PE.

No primeiro caso, o leitor é brindado com a discussão sobre a implantação e o resultado da aplicação ou a releitura de ferramentas e temas que apontam para o aumento da efetividade do controle, como o Termo de Ajuste de Gestão, a Auditoria Informatizada de Pessoal e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento imputadas pelos Tribunais de Contas.

Ao mesmo tempo, comprovando a diretriz científica do periódico, são aportadas belas discussões teóricas sobre a atuação dos Tribunais de Contas, como a padronização de orientações normativas internas e a análise dos fundamentos teóricos do controle.

Nesse mesmo diapasão, o papel da atividade meio, representada pelos modernos conceitos da educação corporativa, essencial em tempos da sociedade do conhecimento, ganha destaque como ferramenta fundamental para o aprimoramento do capital humano envolvido ou afetado pelas atividades de controle.

A melhoria da gestão pública é também alvo da abordagem de alguns dos artigos apresentados, seja pela análise de inovações legislativas, como a nova contabilidade pública, ou pela consideração de elementos que levam ao aumento da eficiência no âmbito dos municípios (austeridade fiscal, modelo consorcial e aperfeiçoamento dos regimes próprios de previdência).

No que tange aos julgados, a maioria das deliberações selecionadas trata de questões administrativas, como a amplitude dos subsídios dos vereadores, a apropriação de despesas com pessoal para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de licitações, o emprego de recursos do Fundeb e a vinculação e o uso de duodécimos. Ao mesmo tempo, são apresentadas deliberações que abordam questões operacionais, como a gestão municipal consorciada, a forma de contratação das atividades de transporte escolar e a realização de concursos públicos.

Cientes do papel fundamental de dar conhecimento à sociedade de temas de relevo no âmbito da atuação dos órgãos de controle, é com orgulho que lançamos esta nova edição da Revista do TCE-PE, na expectativa de que constitua matéria prima de interesse para o debate sobre o aperfeiçoamento da gestão pública.

Boa leitura!